

Negresco S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Relatório da Administração - 1º Semestre de 2020

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da *Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos*, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao primeiro semestre de 2020.

Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2020, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 1,13%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central é de 4% para o ano de 2020. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 4,5%, teve uma sequência de quedas e terminou o semestre em 2,25%. No início de agosto, houve mais uma queda e ficou em 2%.

O que mais afetou o cenário econômico no primeiro semestre, no Brasil e no mundo, foi a pandemia de COVID-19 e continuará afetando durante o segundo semestre. Além de afetar a saúde da população, que causou muitas perdas humanas, há reflexo também na saúde financeira das empresas e da população em geral. Várias medidas do Governo Federal, tais como, auxílio emergencial para trabalhadores, suspensão da cobrança de IOF nas operações de crédito, postergação de recolhimento de encargos trabalhistas e tributos, flexibilização temporária das regras trabalhistas, entre outras, estão ajudando bastante, empregados e empregadores, mas comprometem as metas fiscais do Governo.

Para 2020, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 1,63% no ano, a taxa SELIC em 2% e o PIB com retração de 5,66%.

A NEGRESCO continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio Líquido

A Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, no semestre findo em 30 de junho de 2020, apurou lucro de R\$ 6,35 milhões. O Patrimônio Líquido encerrou o semestre totalizando R\$ 65,72 (milhões).

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro.

Em 30 de janeiro de 2020, foi aprovada a distribuição de lucro de 2019 no montante de R\$ 10.568. Em 03 de fevereiro de 2020, o montante de R\$ 9.714 foi transformado em letras de câmbio em nome dos acionistas e o montante R\$ 854 foi pago aos acionistas. A destinação e o pagamento dos dividendos foram efetuados antes da emissão da Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a NEGRESKO fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{SS}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Banco Central do Brasil. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 27 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da **NEGRESKO S/A** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 31 de agosto de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019		Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes a caixa	4	32.593	11.522	Valores financiados a repassar	11	1.260	2.268
Impostos e contribuições a compensar	5	2.749	2.692	Contas a pagar	12	1.849	1.995
Outros ativos	6	1.400	2.734	Fiscais e previdenciárias	13	2.726	2.727
Instrumentos financeiros				Outros passivos		41	44
Operações de crédito	7	160.116	183.548	Provisões - outras	14	1.444	1.627
Operações de crédito - setor privado		216.017	244.965	Participação no resultado (empregados)	15	565	1.172
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-55.901	-61.417	Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	4.178	4.107
Créditos tributários	8	8.540	8.544	Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	130.359	127.819
Garantias judiciais	16	1.834	1.577	Patrimônio líquido	19	65.728	69.940
Imobilizado	9	853	1.007	Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Imobilizado em uso		6.669	6.663	Reserva legal		5.331	5.013
Depreciação acumulada		-5.816	-5.656	Lucros acumulados		6.038	10.568
Intangível	10	65	75				
Licenças e direitos		651	651				
Amortização acumulada		-586	-576				
Total do ativo		208.150	211.699			208.150	211.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira		81.812	89.863
Operações de crédito	7	76.120	84.332
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	5.357	4.640
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	335	891
Despesas da intermediação financeira		(4.937)	(9.090)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(2.931)	(5.425)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(2.006)	(3.665)
Resultado da intermediação financeira		76.875	80.773
Outras receitas operacionais		2.141	3.161
Receita de prestação de serviços	20	1.970	2.979
Outras receitas operacionais		171	182
Principais despesas operacionais		(28.169)	(33.549)
Despesas com pessoal	21	(9.914)	(10.411)
Despesas administrativas	22	(14.367)	(18.562)
Despesas tributárias	23	(3.653)	(4.071)
Outras despesas operacionais		(235)	(505)
Despesas de provisões		(40.259)	(37.305)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(40.226)	(37.145)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	152	(455)
Provisão para contingências cíveis	16.b	(222)	121
Outras provisões		37	174
Resultado operacional		10.588	13.080
Resultado não operacional		(1)	0
Resultado antes dos tributos e participações		10.587	13.080
Imposto de renda e contribuição social	24	(4.231)	(5.222)
Contribuição Social e Imposto de Renda correntes		(4.228)	(6.171)
Contribuição Social e Imposto de Renda diferidos		(3)	949
Lucro líquido do semestre		6.356	7.858
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		116,93	144,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do semestre	<u>6.356</u>	<u>7.858</u>
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u><u>6.356</u></u>	<u><u>7.858</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros/ acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>54.359</u>	<u>4.262</u>	<u>9.588</u>	<u>-</u>	<u>68.209</u>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	7.858	7.858
Destinações						
Reserva Legal	19.b	-	393	-	(393)	-
Dividendos	19.c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.588)</u>	<u>-</u>	<u>(9.588)</u>
Saldos em 30 de junho de 2019		<u>54.359</u>	<u>4.655</u>	<u>-</u>	<u>7.465</u>	<u>66.479</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>54.359</u>	<u>5.013</u>	<u>10.568</u>	<u>-</u>	<u>69.940</u>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	6.356	6.356
Destinações						
Reserva Legal	19.b	-	318	-	(318)	(0)
Dividendos	19.c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.568)</u>	<u>-</u>	<u>(10.568)</u>
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>54.359</u>	<u>5.331</u>	<u>-</u>	<u>6.038</u>	<u>65.728</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>318</u>	<u>(10.568)</u>	<u>6.038</u>	<u>(4.212)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	47.157	45.938
Lucro líquido do semestre	6.356	7.858
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3	(949)
Depreciação e amortizações	171	199
Provisão para perdas esperadas associadas ao operações de crédito	40.226	37.145
Apropriação da despesa antecipada	170	190
Provisão para passivo contingente	268	720
Provisão (reversão) - outras	(37)	(174)
Variações em ativos e passivos		
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(16.794)	(52.964)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	(56)	1.813
(Aumento) redução em outros ativos	1.201	1.197
(Aumento) redução em garantias judiciais	(257)	(80)
Aumento (redução) em contas a pagar	(146)	312
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	(1.008)	(650)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	3.605	4.658
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	2.540	907
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	(607)	(528)
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	(183)	196
Aumento (redução) em contingências	(197)	(386)
Aumento (redução) em passivos diversos	(2)	58
CSLL e IRPJ pagos no período	(3.604)	(4.086)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	31.646	(3.615)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(7)	(37)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(7)	(37)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(10.568)	(9.588)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(10.568)	(9.588)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	21.071	(13.240)
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre	11.522	34.797
Caixa e equivalentes a caixa no fim do semestre	32.593	21.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Em meados de março, a Financeira passou a adotar as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social e medidas de higiene e os todos os funcionários foram orientados a permanecer em suas residências. Aqueles que tinham condições técnicas, passaram a trabalhar remotamente, mesmo que o sindicato dos trabalhadores permitisse que até 30% dos empregados comparecessem ao trabalho. Atualmente, menos de 10% dos funcionários estão trabalhando nas dependências da Financeira, com as devidas medidas de proteção, e mais de 90% continuam trabalhando remotamente. Vale destacar que a atividade da Financeira não é de atendimento ao público em suas dependências. As atividades são através de lojistas (correspondentes no país) e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de crédito e inadimplência e já notou impacto negativo no resultado do primeiro semestre e prevê impacto também no segundo semestre deste ano. Com a situação atual, ainda não é possível projetar o montante do impacto, mas, até o momento, não identifica dificuldades em cumprir com os compromissos de curto e longo prazo e nem que essa situação venha a afetar a continuidade operacional da Financeira.

A Financeira vai continuar atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estando em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020 da Financeira, estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da Circular nº 3.959/19 do Bacen. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial serem apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente, bem como, adoção das novas nomenclaturas.

O quadro abaixo apresenta as contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, para as quais houve reclassificações e/ou ajustes de nomenclaturas, advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular BACEN nº 3.959/10:

Balanço patrimonial	31/12/2019			
	Saldo anterior	Reclassificação	Saldo atual	
Disponibilidades	180	(180)	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.342	(11.342)	-	
		11.522	11.522	Caixa e equivalentes a caixa
Provisão para perdas em operações de crédito	(61.417)	-	(61.417)	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Diversos	4.177	(4.177)	-	
Provisão para outros créditos	(19)	19	-	
Outros valores e bens	154	(154)	-	
	-	1.577	1.577	Garantias judiciais
	-	2.734	2.734	Outros ativos
Outras imobilizações em uso	2.552	4.111	6.663	Imobilizado em uso
Depreciações acumuladas	(2.276)	(3.380)	5.656	Depreciação acumulada
Outros ativos intangíveis	4.761	(4.110)	651	Licenças e direitos
Amortizações acumuladas	(3.956)	3.380	(576)	Amortização acumulada
Cobrança e arrecadação de tributos	153	(153)	-	
Fiscais e previdenciárias	2.754	153	2.757	Fiscais e previdenciárias
Diversas	7.106	(7.106)	-	
	-	2.268	2.757	Fiscais e Previdenciárias
	-	1.995	1.995	Contas a pagar
	-	44	44	Outros passivos
	-	1.627	1.627	Provisões trabalhistas
	-	1.172	1.172	Participação no resultado (empregados)

Demonstração do Resultado	30/06/2019			
	Saldo anterior	Reclassificação	Saldo atual	
Receitas da intermediação financeira	86.198	3.665	89.863	Receitas da intermediação financeira
Operações de crédito	85.307	(975)	84.332	Operações de crédito
	-	4.640	4.640	Recuperação de créditos baixados para prejuízo
Despesas da intermediação financeira	(42.570)	33.480	(9.090)	Despesas da intermediação financeira
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(37.145)	37.145	-	
	-	(3.665)	(3.665)	Descontos concedidos nas operações de crédito
Resultado bruto da intermediação financeira	43.628	37.145	80.773	Resultado da intermediação financeira
	3.150	11	3.161	Outras receitas operacionais
Outras receitas operacionais	171	11	182	Outras receitas operacionais
	(33.698)	149	(33.549)	Principais despesas operacionais
Despesas com pessoal	(10.464)	53	(10.411)	Despesas com pessoal
Despesas administrativas	(18.179)	(383)	(18.562)	Despesas administrativas
Outras despesas operacionais	(984)	479	(505)	Outras despesas operacionais
		(37.305)	(37.305)	Despesas de provisões
	-	(37.145)	(37.145)	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
	-	(455)	(455)	Provisão para contingências trabalhistas
	-	121	121	Provisão para contingências cíveis
	-	174	174	Outras provisões

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 31 de agosto de 2020, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financeira foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 4.720/19, do Conselho Monetário Nacional, e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	A vencer	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e inclui incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

l. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	133	180
Aplicações interfinanceiras de liquidez	32.460	11.342
Total	<u>32.593</u>	<u>11.522</u>

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas pré-fixadas entre 90% e 99,8% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), todas com vencimento para o dia 1º de julho de 2020.

A financeira auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2020, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 335 (R\$ 891 em 30 de junho de 2019).

5 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	2.213	2.163
Contribuição Social	336	331
Outros	200	198
Total	<u>2.749</u>	<u>2.692</u>

Referem-se a saldos negativos de IRPJ e CSLL originados pelos pagamentos mensais pela receita bruta os quais foram maiores que o devido apurado no final do exercício, quando é lançado o juro sobre o capital próprio: exercício de 2019, no montante de R\$ 1.072, e do exercício de 2020, no montante de R\$ 1.477. A compensação será efetuada assim que houver necessidade de caixa ou estiver findando o prazo de prescrição. O prazo médio de liquidez é de 83 dias.

	Ate 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	2.556	193

6 Outros ativos

	30/06/2020	31/12/2019
Contas a receber – Bancos	-	1.087
Contas a receber – Lojistas	448	694
Adiantamento de benefícios	271	295
Adiantamento de 13º salário	320	-
Despesas antecipadas	280	153
Outros valores	159	524
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(78)	(19)
Total	1.400	2.734

O prazo médio de liquidez é de 100 dias.

	Ate 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	1.351	49

7 Operações de crédito e Provisão para perdas esperadas em operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	30/06/2020	31/12/2019
Operações de crédito:		
Empréstimos	56.797	72.709
Financiamentos	156.433	169.026
Capital de giro	2.787	3.230
Total	216.017	244.965
Provisão para perdas em operações de crédito	(55.901)	(61.417)
Total	160.116	183.548

	Ate 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	154.743	5.373

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	30/06/2020		31/12/2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	213.229	98,71%	241.731	98,68%
Outros serviços	133	,06%	82	0,03%
Comércio	2.655	1,23%	3.151	1,29%
Indústria	-	-	-	-
Rural	-	-	1	-
Total	216.017	100,00%	244.965	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	30/06/2020		31/12/2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	56.254	26,04%	60.180	24,57%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	77.485	35,87%	86.834	35,45%
De 90 a 360 dias	76.738	35,53%	89.707	36,61%
Acima de 360 dias	5.540	2,56%	8.244	3,37%
Total	216.017	100,00%	244.965	100,00%

A taxa média praticada no semestre pela financeira foi de 13,07% (13,32% em 31 de dezembro de 2019) ao mês para empréstimo e de 6,10% (6,10% em 31 de dezembro de 2019) ao mês para financiamento. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 76.120 (R\$ 84.332 em 30 de junho de 2019).

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de créditos

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2019
Saldo do início do período	(61.417)	(54.834)	(54.834)
Constituição (líquida de reversão)	(40.226)	(82.774)	(37.145)
Baixa para prejuízo	45.742	76.191	41.239
Saldo final do período	(55.901)	(61.417)	(50.740)

Foram recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2020, créditos no valor de R\$ 5.357 (R\$ 4.640 em 30 de junho de 2019), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira e concedeu R\$ 2.006 de descontos nos recebimentos (R\$ 3.665 em 30 de junho de 2019) lançados na rubrica despesas da intermediação financeira.

Em 30 de junho de 2020 e 2019 não houve renegociação de operações de crédito.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas em operações de crédito em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2020

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	21.727	-	96.240	117.967	590
B	Normal	1,00%	2.539	2.166	7.607	12.312	123
	Vencido	1,00%	544	-	1.162	1.706	17
C	Normal	3,00%	1.653	489	4.080	6.222	187
	Vencido	3,00%	637	-	1.156	1.793	54
D	Normal	10,00%	1.863	132	3.408	5.403	540
	Vencido	10,00%	1.360	-	1.805	3.165	317
E	Normal	30,00%	1.589	-	3.379	4.968	1.491
	Vencido	30,00%	1.807	-	2.761	4.568	1.371
F	Normal	50,00%	1.216	-	2.536	3.752	1.876
	Vencido	50,00%	1.975	-	3.069	5.044	2.522
G	Normal	70,00%	740	-	1.940	2.680	1.876
	Vencido	70,00%	1.775	-	3.224	4.999	3.499
H	Normal	100,00%	2.230	-	4.231	6.461	6.461
	Vencido	100,00%	15.142	-	19.835	34.977	34.977
Total			56.797	2.787	156.433	216.017	55.901

Posição em 31 de dezembro de 2019

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	33.053	-	107.337	140.390	702
B	Normal	1,00%	3.275	3.138	7.834	14.247	143
	Vencido	1,00%	631	-	1.208	1.839	18
C	Normal	3,00%	2.507	76	4.616	7.199	216
	Vencido	3,00%	974	-	1.310	2.284	69
D	Normal	10,00%	1.817	-	2.897	4.714	472
	Vencido	10,00%	1.249	-	1.577	2.826	283
E	Normal	30,00%	1.611	-	2.346	3.957	1.187
	Vencido	30,00%	1.730	-	2.031	3.761	1.128
F	Normal	50,00%	1.379	-	1.975	3.354	1.677
	Vencido	50,00%	2.163	-	2.459	4.622	2.311
G	Normal	70,00%	1.179	-	1.860	3.039	2.127
	Vencido	70,00%	2.479	-	3.018	5.497	3.848

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
H	Normal	100,00%	2.927	1	4.957	7.885	7.885
	Vencido	100,00%	<u>15.735</u>	<u>15</u>	<u>23.601</u>	<u>39.351</u>	<u>39.351</u>
Total			<u>72.709</u>	<u>3.230</u>	<u>169.026</u>	<u>244.965</u>	<u>61.417</u>

8 Créditos tributários

A Negresco registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.836	6.823
Provisão para contingências trabalhistas	1.084	1.145
Provisão para contingências cíveis	587	498
Outros	<u>33</u>	<u>78</u>
Total	<u>8.540</u>	<u>8.544</u>

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	6.535	2.005

No período findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2019	Constituição	Utilização /Reversão	Saldo Final 30/06/2020
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.264	8.602	(8.594)	4.272
Provisão para contingências	1.027	130	(113)	1.044
Outras provisões	49	33	(61)	21
Créditos Tributários de IRPJ	<u>5.340</u>	<u>8.765</u>	<u>(8.768)</u>	<u>5.337</u>
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.559	5.161	(5.156)	2.564
Provisão para contingências	616	78	(67)	627
Outras provisões	29	20	(37)	12
Créditos Tributários de CSLL	<u>3.204</u>	<u>5.259</u>	<u>(5.260)</u>	<u>3.203</u>
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	<u>8.544</u>	<u>14.024</u>	<u>(14.028)</u>	<u>8.540</u>

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução 3.059/02, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2020, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Expectativa de Realização	
	30/06/2020	31/12/2019
2020	6.078	6.428
2021	915	588
2022	617	608
2023	930	920
Total	8.540	8.544

O valor presente do crédito tributário em 30 de junho de 2020 é de R\$ 8.127 (R\$ 7.893 em 31 de dezembro de 2019), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 3,23% (5,4% em 31 de dezembro de 2019) ao ano para os períodos correspondentes.

9 Imobilizado de uso

	30/06/2020			31/12/2019
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Instalações	420	(399)	21	23
Móveis e equipamentos	6.210	(5.393)	817	965
Outros	39	(24)	15	19
Total	6.669	(5.816)	853	1.007

10 Intangível

	30/06/2020			31/12/2019
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	651	(586)	65	75
Total	651	(586)	65	75

11 Valores financiados a repassar

Trata-se de valores financiados e efetivados nos últimos dias do semestre, que serão repassados aos lojistas, cujo repasse será nos primeiros dias de julho.

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar com prazo médio ponderado de liquidez de 11 (onze) dias.

	30/06/2020	31/12/2019
Serviços prestados a pagar	1.189	1.293
Outros	660	702
Total	1.849	1.995

13 Fiscais e previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
COFINS	936	568
Contribuição social	505	346
Imposto de renda pessoa jurídica	465	-
INSS	262	289
FGTS	254	97
PIS	152	92
Imposto de renda retido na fonte	133	1.308
Outras	19	27
Total	2.726	2.727

O prazo médio de liquidez é de 65 dias devido a prorrogação de prazo do FGTS, do PIS e da COFINS. Normalmente, o prazo seria em torno de 20 dias.

14 Provisões - outras

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para férias	940	1.452
Provisão para décimo terceiro salário	425	-
Provisão para a décimo terceira cesta alimentação	50	-
Outras	29	175
Total	1.444	1.627

A realização se dará num prazo médio de 180 dias.

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido em exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 2.826,60 e limitado ao teto de R\$ 13.489,65. Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 565,32. Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurem prejuízo no final do exercício. O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 1.695,96 para cada empregado até o dia 20 de setembro de 2020 e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do exercício seguinte.

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	1.468	497	1.245	475
Contingências trabalhistas	2.710	1.337	2.862	1.102
Total	4.178	1.834	4.107	1.577

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.245	2.862	4.107
Adições / atualizações monetárias	351	214	565
Reversão	(91)	(206)	(297)
Pagamento	(37)	(160)	(197)
Saldo final em 30 de junho de 2020	1.468	2.710	4.178
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.559	2.997	4.556
Adições / atualizações monetárias	681	767	1.448
Reversão	(502)	(226)	(728)
Pagamento	(300)	(86)	(386)
Saldo final em 30 de junho de 2019	1.438	3.452	4.890

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 55 processos cíveis (63 em 31 de dezembro de 2019) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 668 (R\$ 760 em 31 de dezembro de 2019). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 4 processos trabalhistas (10 em 31 de dezembro de 2019) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 28 (R\$ 1.098 em 31 de dezembro de 2019). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Maringá, sobre enquadramento de serviços prestados no códigos 01.03, 10.09 e 15.05 cujas alíquotas são de 3%, 2% e 5%, respectivamente. Pelo auto de infração, há a reclassificação dos códigos 10.09 e 01.03 para os códigos 10.02 e 15.05, respectivamente. O montante do auto de infração foi anulado (R\$ 689 em 31 de dezembro de 2019). Em 13 de fevereiro de 2020, foi provido, por unanimidade, o Recurso Voluntário da Crediparaná, para declarar a nulidade do Auto de Infração lavrado contra a Financeira e, em 22 de maio de 2020, foi publicada a ata do julgamento ocorrido em 13 de fevereiro de 2020.

Da mesma maneira, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração é de R\$ 153 (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2019).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que os processos não se tratam de uma obrigação legal, foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados entre 108% e 200% do CDI e, também, taxas pré-fixadas entre 5,5% e 8% ao ano. Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem no primeiro dia do mês de julho, o prazo médio ponderado dos títulos seria de 803 dias. Do total das captações, 65,55% são com partes relacionadas.

a.1. Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

	30/06/2020			Total
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Recursos de aceites cambiais	33.767	9.502	87.090	130.359
Total				130.359

	31/12/2019			Total
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Recursos de aceites cambiais	25.718	27.850	74.251	127.819
Total				127.819

a.2. Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	30/06/2020	30/06/2019
Recursos de aceites cambiais	2.852	5.337
Fundo Garantidor de Crédito	79	88
Total	2.931	5.425

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	30/06/2019
	Ativo / (passivo)	Receita / (despesa)	Ativo / (passivo)	Receita / (despesa)
Recursos de aceites cambiais	(85.447)	(1.735)	(74.168)	(2.627)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(51.710)	(1.079)	(45.863)	(1.645)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(2.144)	(39)	(1.438)	(48)
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(3.323)	(48)	(986)	(29)
Antônio João Beal	(729)	(14)	(614)	(18)
José Gilberto Beal	(183)	(3)	(149)	(7)
Sergio Shoji Yamamoto	(184)	(3)	(101)	(4)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(599)	(11)	(469)	(13)
Empreend. Florestais Cambiju Ltda.	(4.301)	(78)	(3.722)	(123)
Kaesemodel Gastronomia EIRELI	(100)	(2)	(118)	(3)
Negresco Adm. e Partic. Ltda.	(18.441)	(376)	(16.881)	(588)
Negresco Serv. de Cobrança Ltda	(1.400)	(29)	(1.353)	(61)
Oelo Locação de Eq. Eletron. Ltda	(426)	(8)	(384)	(13)

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	30/06/2019
	Ativo / (passivo)	Receita / (despesa)	Ativo / (passivo)	Receita / (despesa)
Transesp Com. de Imóveis Ltda.	(1.908)	(43)	(2.090)	(75)
Remuneração da administração	-	(1.268)	-	(1.192)
Despesas com Remuneração dos Administradores	-	(1.268)	-	(1.192)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2019), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.360 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel.

Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Total	54.359.021	-	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No semestre, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 318 (R\$ 393 em 30 de junho de 2019).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 24 de janeiro de 2019, foi aprovada a distribuição dos dividendos não obrigatórios oriundos da reserva de lucros do ano de 2018 no montante de R\$ 9.588, os quais foram pagos no início do mês de fevereiro de 2019.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 30 de janeiro de 2020, foi aprovada a distribuição de lucro de 2019 no montante de R\$ 10.568. Em 03 de fevereiro de 2020, o montante de R\$ 9.714 foi transformado em letras de câmbio em nome dos acionistas e o montante R\$ 854 foi pago aos acionistas.

A destinação e o pagamento dos dividendos mencionada acima, foram efetuados antes da emissão da Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, que define a vedação ao aumento de remuneração da alta administração, distribuição de dividendos acima do obrigatório e juros sobre o capital próprio, recompra de ações e redução do capital social. Os montantes sujeitos a essas vedações não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, inclusive sob a forma de distribuição de lucros. As vedações se aplicam até 31 de dezembro de 2020. Considerando isso, a Financeira observará os termos da resolução para futuras destinações.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito no montante foi de R\$ 1.970 (R\$ 2.979 em 30 de junho de 2019).

21 Despesas de Pessoal

	30/06/2020	30/06/2019
Proventos	4.630	4.720
Benefícios	2.020	2.027
Encargos sociais	1.770	1.874
Pro-labore	700	700
Participação nos lucros e resultados	590	610
Indenizações	197	170
Provisão para férias e 13º salário	(80)	282
Treinamentos	87	28
Total	<u>9.914</u>	<u>10.411</u>

22 Despesas administrativas

	30/06/2020	30/06/2019
Serviços de terceiros	5.991	10.264
Técnicos especializados	4.398	3.848
Serviços dos sistemas financeiros	1.209	1.163
Serasa/Associação Comercial	943	1.137
Processamento de dados	375	417
Locação de imóveis	364	351
Comunicação	313	495
Consumo de energia elétrica e água	102	113
Despesas com viagens	77	215
Outros	595	559
Total	14.367	18.562

23 Despesas tributárias

	30/06/2020	30/06/2019
COFINS	3.026	3.318
PIS	492	539
ISS	99	150
Outros	36	64
Total	3.653	4.071

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2020	30/06/2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda	2.638	3.852
Contribuição social	1.590	2.319
Total	4.228	6.171
Impostos Diferidos		
Imposto de renda	2	(593)
Contribuição social	1	(356)
Total	3	(949)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.231	5.222

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	10.587	13.080
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(4.235)	(5.232)
(Adições) exclusões permanentes:		
Adições permanentes	(8)	(11)
Exclusões permanentes	-	9
	(4.243)	(5.234)
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(4.243)	(5.234)
Outros	12	12
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(4.231)	(5.222)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:

- Processos e operações;
- Segurança da informação;
- Pessoas;
- Tecnologia;
- Fraudes;
- Legal; e
- Reputacional.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.

Risco de liquidez

É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.

Risco de socioambiental

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

27 Patrimônio de referência exigido

As instituições financeiras, optantes pela metodologia facultativa simplificada (S5), devem manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 17%, até 30 de abril de 2020, de 15%, de 1º de maio de 2020 à 30 de abril de 2021, de 15,5%, de 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021, e de 16,25%, de 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022, conforme Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

		30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PRS5)	a	63.959	68.144
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	54.647	46.126
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	149.346	157.649
RWA _{Simp} (b + c)	d	203.993	203.775
PR _{S5} mínimo exigido (d x 15% e 17% respectivamente)	e	30.599	34.642
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		33.360	33.502
Índice de Basileia BACEN (a / d)		31,35%	33,44%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		15%	17%

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

Jose Gilberto Beal - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Compliance

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7